



PABLO GIOVANNI — INTERINO
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

Ibaneis diz que pode ter dobradinha com Michelle

O governador Ibaneis Rocha (MDB) sinalizou que pode formar uma dobradinha com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL). Interlocutores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sugerem que Michelle poderá concorrer a um cargo majoritário, sendo o Distrito Federal uma opção prioritária.

Ibaneis afirmou que ele e a ex-primeira-dama têm uma aliança. “Nada mais natural do que caminhar juntos por Brasília e pelo Brasil. Em 2026, haverá duas vagas abertas para o Senado. Mas, devemos lembrar, que não é o momento de antecipar as eleições de 2026. Temos eleições municipais este ano, que ditarão o futuro e o projeto político que a população espera. O Distrito Federal, nas últimas duas eleições, mostrou uma preferência pela direita”, destacou o governador, à coluna.

Sem pressa para o Buriti

Ibaneis pretende deixar o Palácio do Buriti no início de 2026. O nome já alinhado com as lideranças da direita no Distrito Federal para a sua sucessão é Celina Leão. Por ora, não há discussão sobre que pessoas comporão a chapa com a progressista. O objetivo é aguardar as eleições municipais. O nome de Bia Kicis chegou a ser sondado, mas a intenção da parlamentar é prosseguir no Congresso Nacional.



Minervino Junior/CB/D.A.Press



O trunfo de Torres para evitar demissão

O delegado da Polícia Federal Clyton Eustáquio Xavier faz parte de duas comissões que analisam o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres. Xavier foi exonerado durante a transição de André Mendonça para Torres no Ministério da Justiça.

A participação chegou ao conhecimento dos advogados de Torres na última semana, por intermédio de delegados aliados ao ex-ministro. Xavier, antes de deixar o cargo de diretor de Operações da Secretaria de Operações Integradas, tentou manter-se no posto. Para isso, criou alianças no ministério e na PF. Torres, também delegado, ignorou o pedido e nomeou outra pessoa.

Juristas ligados à PF indicam que a defesa deve entrar com uma exceção de suspeição, inclusive na esfera judicial, argumentando que um servidor exonerado não possui a imparcialidade necessária para conduzir um processo administrativo contra a autoridade que o exonerou. “Com tantos delegados para assumir essa incumbência, a escolha da corregedoria foi no mínimo equivocada e pode levar à anulação de todos os atos praticados”, afirmam as fontes.

Novo hospital em São Sebastião

Ibaneis quer lançar, na próxima semana, o edital de licitação para a construção do Hospital de São Sebastião. O espaço contará com 60 leitos na clínica médica, 30 na pediatria e dez na UTI. O Executivo visa, ainda este ano, avançar na reforma do Hospital Regional da Asa Norte (Hran) e na ampliação do pronto-socorro dos hospitais regionais de Ceilândia (HRC) e Brazlândia (HRBz).

Gonet pede que processo fique no STF

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu que recurso apresentado pela defesa do blogueiro Wellington Macedo seja recusado pelo ministro Alexandre de Moraes. A solicitação pretende, que parte do inquérito que envolve a tentativa de explosão do Aeroporto de Brasília, às vésperas do Natal de 2022, seja enviada à Justiça Federal.

No documento, ao qual a coluna teve acesso, Gonet manifestou que os crimes possuem ligações com a Operação Nero, e só não passariam a ser investigados pelo STF em caso de processos que tramitam em julgado (quando não há mais possibilidade de recurso).



Ed Alves/CB/D.A.Press

PPCUB

A oposição ao governo está analisando um documento para destacar preocupações com a aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). O projeto final, aceito pelos distritais, inclui preocupações como a criação e a desconstituição de lotes no Setor de Administração Federal Norte, próximos ao Palácio do Planalto. O texto não foi publicado no *Diário da Câmara Legislativa (DCL)*, mas integrantes do Palácio do Buriti e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) já alinharam que algumas emendas não irão prosperar e serão vetadas. O PPCUB deve ser sancionado na segunda quinzena de julho.



Divulgação

Piscina com ondas

O governo do Distrito Federal decidiu descontinuar a licitação para a contratação de uma empresa especializada na execução de obras de reforma e restauração do Complexo Aquático da Piscina com Ondas. Ele fica no Estacionamento 7 do Parque da Cidade Sarah Kubitschek.

O edital, encaminhado pela Secretaria de Esportes, enfrentou resistência do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). O corpo técnico da Corte encontrou irregularidades que comprometiam a validade do processo. Os conselheiros suspenderam o projeto, que acabou arquivado.

Um novo edital foi elaborado e lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). No entanto, não há previsão para que o espaço, desativado em 1997, volte a funcionar.



Marcelo Ferrer/CB/D.A.Press

Técnicos e auxiliares aceitam contraproposta do Buriti

Os auxiliares e técnicos de enfermagem aceitaram, ontem, a contraproposta da Secretaria de Economia que reduz a idade para progressão funcional de 25 para 18 anos. A oferta também prevê um reajuste salarial de 15% dividido em três parcelas: a primeira em novembro deste ano, a segunda em outubro de 2025 e a terceira em abril de 2026.

A categoria iniciou uma greve há duas semanas, mas recuou após decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) que aplicou uma multa de R\$ 50 mil por dia de paralisação.

Acompanhe a cobertura da política local com [@anacampos_cb](#)

ORÇAMENTO / O aumento está previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado na última terça-feira na Câmara Legislativa. O **Correio** ouviu deputados distritais sobre como se dará a destinação dos recursos

Arrecadação crescerá no DF

» MILA FERREIRA

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) aprovado, na última terça-feira, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) está previsto crescimento de 6,24% na arrecadação. Também foi projetado aumento de 5,4% no Fundo Constitucional (FCDF), proveniente da União e destinado às áreas da segurança pública, saúde e educação da capital federal. Entre os destaques relativos à destinação do montante provido por impostos estão definidas novas nomeações de servidores e a realização de concursos para o preenchimento de mais de 30 mil vagas no Executivo local e 121 vagas no Legislativo. O **Correio** conversou com o secretário de Economia do DF, Ney Ferraz, e com deputados distritais para verificar outros usos do orçamento de 2025.

Ferraz, explicou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é um primeiro exercício. “Mas tudo isso vai depender do cenário econômico e da arrecadação. Temos trabalhado para fazer sempre mais com a mesma quantidade. Essa é a ideia e é o que vamos

Carlos Gandra/ Agência CLDF



LDO aprovada garante, entre outras diretrizes, R\$ 50 milhões para as emenda orçamentárias dos distritais

materializar no texto de proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025, que inclusive já estamos preparando com colaboração de toda a sociedade”, disse.

A receita prevista do DF para 2025 é de R\$ 38,1 bilhões que, somada ao Fundo Constitucional (FCDF) — mais R\$ 24,5

bilhões — resulta em uma previsão orçamentária de R\$ 62,6 bilhões. O aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação Mercadoria e Serviços (ICMS), de 18% para 20%, válido na região desde o início deste ano, deve refletir uma ampliação no recolhimento tributário.

Diretrizes

O deputado distrital Gabriel Magno (PT) observou que os orçamentos das áreas de saúde e educação têm diminuído ao longo dos anos e está cada vez mais próximo dos limites mínimos constitucionais: 13,1% para ações médicas e

25% para ensino. O PLDO deste ano prevê a aplicação, nesses setores, de 13,65% e 25,32%, respectivamente. “É meio preocupante ver as prioridades do governo. Além da diminuição do orçamento destinado à saúde e à educação, no anexo (do projeto) de metas e prioridades não tem nenhuma para a cultura ou preocupação com o meio ambiente”, lamentou o parlamentar.

“A prioridade do governo é dar continuidade às políticas públicas essenciais como, por exemplo, os restaurantes comunitários, os cartões creche e (a aquisição e entrega) de material escolar, entre outros compromissos. Além disso, estamos garantindo o pagamento e a conclusão de obras importantes, como a dos três novos hospitais regionais. O GDF também precisa garantir os recursos para pagar os reajustes já negociados com as categorias (de servidores)”, rebateu o secretário de Economia.

Emendas

Neste ano, os 24 deputados distritais puderam destinar R\$ 50 milhões em emendas para carreiras públicas do DF. Com os recursos, eles acreditam ser possível apoiar reajustes para

os trabalhadores do Legislativo e convocar novos aprovados em concursos. “Esta novidade é muito importante. Permite que os trabalhadores sejam valorizados e tenham respaldo parlamentar. Ficamos muito satisfeitos”, afirmou Ricardo Vale (PT).

Joaquim Roriz Neto (PL) disse que “pensando na saúde das crianças, destinei emendas para a construção de um hospital na Ceilândia e outro pediátrico em Samambaia, que vai atender Taguatinga, Ceilândia, Riacho Fundo I e II, Arniqueira, Recanto das Emas”.

Função

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a elaboração do orçamento do próximo ano e define a política de pessoal a curto prazo da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal. Instrumento de planejamento de prerrogativa do Poder Executivo, a norma interliga programas e estratégias do Plano Plurianual (PPA) com as da Lei Orçamentária Anual (LOA). No DF, a proposta da LDO recebe sugestões da população em audiência pública presencial e on-line. Depois disso, é consolidada pela área técnica e encaminhada à Câmara Legislativa.